

# O DESENVOLVIMENTO DA JIHAD ISLÂMICA E O OCIDENTE: ENTRE O SECULARISMO, A IDEOLOGIA E O FUNDAMENTALISMO

## THE DEVELOPMENT OF ISLAMIC JIHAD AND THE WEST: BETWEEN SECULARISM, IDEOLOGY AND FUNDAMENTALISM

*Lara Denise Góes da Costa*<sup>1</sup>

PPGSID

*Thallis Victor Ramos da Cruz*<sup>2</sup>

PPGSID

### Resumo

Hoje na Espanha a maior concentração da população muçulmana se encontra na região da Catalunha. De acordo com site especialista em dados, Statista (2023), a região hoje conta com cerca de 641.101 muçulmanos vivendo em seu território, seguido de Andaluzia (386.928) e Madri (314.451). Para compreender todos os termos e ligações com a religião islâmica e com o povo muçulmano, deve-se compreender algumas peculiaridades da religião e da ideologia essencialmente com a jihad. Neste artigo se analisou sob metodologia sociohistórica em um primeiro momento o desenvolvimento da Jihad islâmica (I), ressaltando a não homogeneidade deste movimento e a diversidade de interpretações e aplicações quando se trata da jihad e sua ligação e diferenciação do jihadismo ou jihadismo salafista. Em seguida o artigo se voltou para a compreensão sociológica da ideologia organizacional do EI (II) e os aspectos secularistas e fundamentalistas (III) que se contrapõem no extremismo terrorista do Estado islâmico e que embasam suas ações violentas. Palavras-chave: Fundamentalismo; Estado Islâmico; Secularismo; Ideologia

### Abstract

Today in Spain the largest concentration of the Muslim population is in the Catalonia region. According to the data specialist website, Statista (2023), the region currently has around 641,101 Muslims living in its territory, followed by Andalusia (386,928) and Madrid (314,451). To understand all the terms and

---

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID) da Escola Superior de Guerra/ Ministério da Defesa

<sup>2</sup> Mestre em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID/ESG)

connections with the Islamic religion and the Muslim people, one must understand some peculiarities of the religion and ideology, essentially with jihad. This article initially analyzed the development of Islamic Jihad (I), highlighting the non-homogeneity of this movement and the diversity of interpretations and applications when it comes to jihad and its connection and differentiation from jihadism or Salafist jihadism. Next, the article turned to understanding the organizational ideology of IS and the secularist and fundamentalist aspects (II) that contrast with the terrorist extremism of the Islamic State and that underlie its violent actions.

**Keywords:** Fundamentalism; ISIS; Secularism; Ideology

## 1.0 DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA JIHAD

Quando o atentado de 11 de setembro ocorreu, o mundo voltou seus olhos para o termo jihad. Após o episódio, os Estados Unidos e seus demais aliados ocidentais iniciaram o combate incisivo contra a doutrina e contra alguns países islâmicos que, segundo os Estados Unidos e seus aliados, poderiam abrigar terroristas. Toda ação ocorreu, pois, para esses países, os perpetradores do ataque seguiam a jihad do islã, utilizando de tal para atacar não apenas os Estados Unidos da América, mas também seus parceiros. Apesar disso, ainda existe uma ambiguidade em volta do termo e seu uso. Os terroristas usam da terminologia sem muito contexto e o conceito clássico definido pelos juristas islâmicos ainda é usado até os dias atuais. E há aqueles que acreditam que a jihad é uma forma de ameaça e deve ser erradicada (HAKIM, 2016).

Segundo Hasan al-Bana, a jihad é uma obrigação aos muçulmanos até o fim dos tempos, sendo o nível mais baixo a rejeição dos corações aos vícios e a divagação e a mais alta a luta pelo caminho de Alá. AzyumardiAzra dá significado à jihad sendo se dispor, esforçando-se de forma séria. Algo

como se exercitar para alcançar um resultado para alcançar a bonança para a humanidade. A jihad também é usada contra as tentações mundanas e a luta contra a negligência à perseguição religiosa. Apesar de em muitos casos a jihad ser interpretada unicamente como guerra ou violência, mesmo que a guerra física também possa ser um meio de jihad, essa é uma parte pífia da jihad. O significado de jihad é a luta contra o mal, as paixões mundanas, pois esses são os verdadeiros inimigos da alma humana (HAKIM, 2016).

A raiz J-H-D, da qual dá origem a palavra, significa “luta” ou “esforço”, mas a palavra em si nem sempre terá cunho religioso. Quando se trata do cunho religioso, o princípio passa pelos significados de luta contra as tentações mundanas, sendo a jihad do coração ou da alma. Assim como também pode ser a pregação do islã e a conservação da moral. Quando desenvolvida pelos juristas islâmicos, a jihad é a guerra, mas de cunho espiritual (CHEREM, 2009). Etimologicamente, no árabe, a palavra jihad significa empregar todos os seus esforços. Porém há outros significados para o terminologia, este em especial possui esse significado se for retirado da palavra al-jahdu, porém se vier de al-jahdu o significado se altera, significando algo como “fazer um trabalho superfluamente”. De mesmo modo, existem três palavras que são derivadas que apresentadas separadamente não possuem ligação entre si. São elas: jihad, mujahadah e ijthad. A jihad sendo mal interpretada com significados como “usar os músculos seriamente” o que leva ao erro de ser interpretada como uma guerra física. Mujahadah interpretada como “sério na alma”, muito utilizado pelos sufis para a purificação da alma e ijthad como “maximizar seriamente a mente em estabelecer uma lei”. Existem muitas definições de jihad que podem destoar entre si. Para os estudiosos Shafi'iyah, a jihad tem em seu cerne combater os infiéis e honrar o islã.

Lexicalmente, o termo tem em seu significado, superar os desafios difíceis e complicados. Além disso, a jihad serve para aconselhar tiranos e, de acordo com a Sharia, combater os infiéis por meio da vida, propriedade ou oralidade. Segundo SeyyedHusen Nasr, a jihad é esforço e uma parcela muito pequena dela se refere à “guerra” (HAKIM, 2016).

No ano de 610, no mês que se celebra o Ramadã, a guerra perso-bizantina cessou, Muhammad ibn Abdullah, popularmente conhecido como Maomé, participava de retiros no monte Monte Hira, praticando exercícios espirituais, jejum, ajudava os pobres e praticava a meditação buscando alívio para seu povo da tribo Quraysh. A tribo não possuía muitas práticas espirituais, mas por meio da muruwah, um código de honra que regia suas vivências, buscava vingar todas as ações ruins que fossem feitas contra eles, assim como defender os mais indefesos e afrontar quem fosse seus inimigos. A honra da tribo era importante ao ponto de que, se estivesse a ser ferida, todos deveriam se colocar brevemente em defesa de seus semelhantes. Apesar do aspecto grosseiro, partilhavam de seus recursos entre si. Ao enfrentar as dificuldades da época das guerras entre tribos, notaram que estavam ficando fragilizados e se tornou comum matar qualquer um que não fosse de suas famílias, até mesmo ocorrendo ataques preventivos. Os muçulmanos costumam chamar esse período pré-islâmico de jahiliyyah, que traduzindo seria algo como “a época da ignorância” e na raiz J-H-L que tem sentido de tendência à violência. Mamomé, consciente da opressão em Meca e preocupado com a jahiliyyah e por meio da diplomacia o haram (santuário) foi estabelecido a cerca de 33 quilômetros de Caaba e qualquer tipo de violência estaria estritamente proibida no local. (ARMSTRONG, 2016).

Maomé, pregava o Alcorão para pessoas que eram desprovidas,

levando consigo diversos seguidores. Apesar de seguirem o Deus Alá, os estudiosos não faziam qualquer distinção do seu Deus para o dos judeus ou cristão, além disso, até afirmavam que eram muito parecidos. Os árabes não insinuavam que eram escolhidos especialmente ou algo parecido, o Alcorão era apenas mais uma das diversas revelações de Alá para os descendentes de Abraão. O cerne do Alcorão seria nada menos que um lembrete de como uma sociedade justa era composta, que remontava uma crítica à violência que já era estrutural em Meca. Os ensinamentos eram de consciência social e das mazelas que assolam a sociedade até mesmo nos dias de hoje. Logo, era proibido o acúmulo de fortuna privada, pois a forma correta de convivência, seria compartilhando com quem necessitava, os pobres. E para essas pessoas, não se cabia o desprezo e nem o desrespeito e sim a equidade e amabilidade. Os muçulmanos davam origem ao que se chama “*ummah*”, uma comunidade, e servia como um caminho alternativo ao capitalismo, injustiça e cobiça que revestia Meca (ARMSTRONG, 2016).

Os seguidores da religião pregada por Maomé começaram a chamá-la de islã, mas anteriormente também foi chamada de tazakka, o que causava traduções errôneas no sentido de “*puridade*”. O islã pregava que os muçulmanos deveriam ter responsabilidade uns pelos outros e apoiar aqueles que tivessem fome, mesmo quando os próprios muçulmanos sentissem fome. Foi trocado o jahiliyyah pelo hilm de paciência, tolerância e misericórdia. Os muçulmanos deveriam libertar os escravos, ter generosidade todos os dias de suas vidas e assim estariam distantes do egoísmo. Os muçulmanos não deveriam revidar a retaliações, Alá era responsável por isso. O islã nada mais era que o um motor motivador da formação de uma comunidade, em que todos deveriam tratar os outros como gostariam que fossem tratados

(ARMSTRONG, 2016).

O Alcorão, assim como qualquer outra escritura, também possui suas inconsistências. O Alcorão foi recitado de boca a boca por Maomé durante suas pregações e conseqüentemente, elas seguiam sendo perpetuadas por quem o ouvia pregar. O livro é uma coletânea de revelações feitas por Maomé ao decorrer de 23 anos. O texto foi oficialmente feito por Otman, terceiro califa, por volta de 20 anos após a morte do profeta. E por haver inconsistências, também houve imprecisões sobre questões de guerra. O termo “jihad” aparece somente 41 vezes em todo no Alcorão, e as vezes aparece no sentido de guerra, e ainda sim, de uma forma clara, são somente 10 vezes (ARMSTRONG, 2016).

Percebe-se que no Alcorão, o sentido da guerra não chega a ser um dos tópicos principais da escritura sagrada. Estar em conformidade com o islã é necessário uma jihad firme contra o egoísmo que nos acomete e para isso pode ser necessário o combate, o qital (ARMSTRONG, 2016). Apesar do desenvolvimento da jihad pelos juristas islâmicos para se referir a uma guerra a partir da essência espiritual, a palavra em si é um sinônimo de qital fi sabili ‘llah que significa “luta” do verbo qatala “matar”. A palavra "harb" é o significado para guerra no dialeto árabe usada principalmente para contextos políticos (CHEREM, 2009).

Da mesma forma, ajudar os pobres quando também se está passando por uma dificuldade em sua vida pessoal, pode ser considerado jihad. O Alcorão não traz informações sobre violência de cunho militar, mas diz que, às vezes Deus permite o combate em defesa, mas ao contrário disso, o que se espera é que tenha paciência e cometimento, nele também condena agressões, porém há aberturas para a permissão de ataque de forma limitada e essas

moderações são suspensas extraordinariamente. Como supracitado, o Alcorão possui diversas contradições, então muitos muçulmanos buscaram interpretar cada versículo de cada momento da vida de Maomé, assim como anular os versículos. Os estudiosos que usavam da anulação afirmavam que, as instruções de Deus para não entrar em confronto, era porque os muçulmanos eram minoria em Meca, mas quando Maomé voltou vitorioso para Meca, os muçulmanos receberam o ordenamento para combater contra os não muçulmanos aonde quer que fosse. Alguns pesquisadores da modernidade salientam que os primeiros estudiosos nem sempre concordavam com essas exceções, como Reuven Firestone (ARMSTRONG, 2016).

Como em qualquer outra religião, quando a ummah se originou, muitos não concordavam e nem tinham as mesmas interpretações das revelações. E, embora alguns pudessem discordar, ainda sim na escritura sagrada diz que, a luta pela causa de Deus estaria ordenada, mesmo que Ele repudie. No entanto, quando a ummah passou a combater, um grupo robusto e resistente se recusava a fazer tal ato, mas ao mesmo tempo eram vistos como “apegados à vida terrena” e não à outra. Esses seguidores são taxados também de kufar, que são considerados os inimigos do islã, porém esses mesmos seguidores usavam versículos do Alcorão para instruir outros muçulmanos a utilizar do perdão (ARMSTRONG, 2016).

Os grupos combativos foram os que prevaleceram no final e isso se deve pelo fato de que, depois da morte de Maomé, os versículos mais violentos se adequavam melhor ao contexto do momento, já que os muçulmanos haviam estabelecido um império do qual para mantê-lo, a única viabilidade seria por meio militar. E para as guerras de conquistas, o versículo favorito dos que batalhavam era o “Versículo da Espada”, que dá permissão

para a guerra, mas que, em contramão, no mesmo momento é sucedido por uma ordem de tolerância e paz (ARMSTRONG, 2016). Portanto, no Alcorão é notável a dualidade de misericórdia e combate, este último para que a religião de Alá seja a “vitoriosa” e a paz para com aqueles que o aceitar. Após a morte de Maomé (632), Abu Bakr combateu para o restabelecimento da Pax Islâmica e após sua morte, Omar ibn al-Khattab (634-44), segundo califa, acreditava que a paz só se manteria com ofensivas externas. Essa atitude nada tinha relação com a religião, pois não existe no Alcorão qualquer instrução de que os muçulmanos devem combater com fins de conquistar o mundo. Os muçulmanos conquistaram muitas terras e mesmo assim não impuseram sua religião aos povos que ali já estavam. No fim das guerras de expansão, tinham o maior império que já existiu, se estendia do Himalaia até os Pirineus (ARMSTRONG, 2016). As conquistas do império islâmico por meio do domínio político foram importantes para que o islã fosse predominante enquanto religião e essa informação se torna importante para a retórica de que o Islã foi disseminado pela espada, e os muçulmanos refutam mencionando que não há coerção pregada no Islã pelo Alcorão e que as conquistas foram por meio defensivo, para que houvesse o livre-arbítrio para a disseminação da religião, assim as afirmações se complementando de alguma forma (CHEREM, 2009).

Na época do terceiro califa, Otman (644-56), os soldados muçulmanos estavam exaustos, a distância era enorme e a qualidade de vida era basicamente inexistente. Essa apreensão podia ser notada na literatura hadith, em que a doutrina clássica da jihad começa a se modelar. Os combatentes passaram a rejeitar outros aspectos da jihad, como ajudar aqueles que necessitam e afirmavam que eram os verdadeiros jihadis. Alguns soldados

tinham grande apreço pelo martírio, pois colocavam nele o ideal cristão sobre essas pessoas, sendo entendido como uma morte “heroica” e milagrosa de alguma forma. Além disso acreditavam que não passariam pelo juízo final como todos os outros, pois iriam direto para o Paraíso. Porém, outros muçulmanos não aderiram a essa nova ambição militar e afirmavam que qualquer morte precoce, seria uma espécie de martírio (ARMSTRONG, 2016).

O martírio, por sua vez, não existe apenas entre os muçulmanos. Este é usado como ferramenta política por diversos outros grupos e pessoas, tanto no Oriente, quanto no Ocidente e tem como fim a celebração daquele como herói. As pessoas que cometem esses atos na contemporaneidade são denominadas de terroristas. Muitos outros tipos de mártires já existiram, até mesmo na Segunda Guerra Mundial. Porém, atos com homens e mulheres bombas que são fortemente atrelados aos extremistas islâmicos, foi criado pelos Tigres de Tâmil desde 1976 no Sri Lanka e copiado pelas organizações islâmicas posteriormente (WAINBERG, 2015).

Apesar da associação ao Islã, há a existência de mártires em diversas religiões, culturas e civilizações. Um exemplo são os sacrifícios de Jesus e seus primeiros seguidores cristãos pelos imperadores romanos como mártires. E os judeus europeus que tiraram a própria vida após serem atacados pelos cruzados (WAINBERG, 2015), como veremos mais para frente nesta pesquisa.

A jihad foi desenvolvida com o passar dos anos a partir dos séculos II-VII. O termo, como supracitado, foi desenvolvido com cunho jurídico, mas a sua existência é mais profunda que essa única definição. Maomé em nenhum momento declarou a jihad, apesar de suas ações serem consideradas protótipos da jihad. Até mesmo na Arábia pré-islâmica, não há

registros de guerras de cunho religioso. E assim sendo não há evidência de como as conquistas muçulmanas entre os séculos VII e VIII eram chamadas e só foram chamadas de jihad depois. Os livros de registros feitos pelos historiadores árabes dos tempos medievais acerca da expansão muçulmana foi nomeada de “Livro das Conquistas”. As conquistas do império otomano na Europa também não eram chamadas de jihad pelos turcos, contradizendo qualquer afirmação de que a jihad é uma característica intrínseca à população muçulmana (CHEREM, 2009).

Cherem (2009) aponta que, durante a passagem da dinastia Omíada (661-750) para a abássida (750-1258), foram definidas as outras doutrinas do islã, sendo também o período em que a jihad também se desenvolveu como doutrina, como se é conhecida atualmente e foi definida pelas escolas jurídicas islâmicas. A partir do século IX que, durante o desenvolvimento da jihad como jus belli pelos juristas islâmicos, também é surgida sua interpretação como luta espiritual. A diferenciação dessa dualidade é citada na tradição que:

Alguns combatentes vieram até o mensageiro de Deus e ele disse: Fizestes bem em vir da ‘pequeno jihad’ (al-jihad al-asghar) até a ‘grande jihad’ (al-jihad al-akbar)”. Eles disseram: O que é a grande jihad?. Ele respondeu: É o servo [de Deus] lutar contra suas paixões (CHEREM, 2009, P. 84).

Desde então a jihad segue nessas definições ambíguas dos juristas ou também, doutores das leis (ulemãs) e dos místicos (sufis). O sentido espiritual, não anula o físico, sendo a “jihad da espada” se complementando também às vezes à “jihad da alma”, sendo a luta pela vitória de Deus e de boas práticas que estão implícitos na definição de jihad. A jihad para todos os

sentidos é o testemunho que Deus deixou no mundo e seu objetivo principal não é somente conquistar, mas elevar a palavra de Alá. A jihad possui uma concepção de guerra, porém isso não significa que exista qualquer guerra, mas o importante é expandir o nome de Alá. O termo é a luta ou esforço individual de cada pessoa para seu próprio bem e para bem que abrace o coletivo (CHEREM, 2009).

Essa expansão por si só não significa apenas a vitória da guerra, sendo que um guerreiro poderá morrer e desfrutar do paraíso, com o mártir ganhando seu lugar especial, assim como quem a ganha sai vitorioso. Portanto, não se pode considerar a jihad somente como uma ação de martírio para elevar o nome de Deus, apesar dessa retórica existir especialmente para os ulemás quando tinham relações nas fronteiras com aqueles que não eram muçulmanos. Porém, esse não é o significado absoluto da etimologia da palavra antes das conquistas islâmicas durante os séculos VII a VIII (CHEREM, 2009).

O Alcorão tem em seu cerne a criação de uma comunidade unida e justa, sendo todos tratados com respeito e dignidade, para alcançar isso, utilizaram da jihad, lutando contra o egoísmo e o próprio interesse. A política não era alheia à espiritualidade, o que não permitia que os seus líderes fossem cruéis, tentassem se aproveitar da população ou que permitissem a humilhação perante aos inimigos estrangeiros, logo não estaria em conformidade com o Alcorão. Parte dos ulemás, estudiosos do Alcorão, durante o século VIII, iniciaram o desenvolvimento de uma espiritualidade jihad, e tinham um consenso que os primeiros guerreiros muçulmanos que se mantiveram a ummah unida. Apesar disso, a ummah nunca prestou apoio de forma uniforme à jihad combativa, alguns ulemás até mesmo refutavam a ideia dos estudiosos

combativos. Posteriormente foi criada a Sharia pelos ulemás, para que houvesse um sistema que padronizasse as leis islâmicas. (ARMSTRONG, 2016).

Em seguida, o papa Urbano II, convocou uma cruzada durante um Concílio de Paz em Clermont pediu para que os cavaleiros franceses cessassem o ataque aos cristãos e sim lutassem contra os inimigos de Deus, que libertasse seus irmãos do Oriente, que os livrassem da opressão dos muçulmanos. As cruzadas se tornaram uma grande hostilidade antissemita na Europa, motivadas por fatores sociais, econômicos e pela religião. Os muçulmanos ficaram estarecidos com a violência das cruzadas e como os francos não tinham qualquer misericórdia, matando de velhos a ulemás. A jihad, que estava quase esquecida, começou a ganhar força novamente na região como uma forma de se resguardar dos ataques constantes do Ocidente. E posteriormente, toda invasão que viera a ocorrer no Oriente Médio, apesar das motivações seculares pelo Ocidente, viria a lembrar a violência atordoadora da Primeira Cruzada. Apesar da incorporação da jihad militar à espiritualidade da jihad maior, as cruzadas foram se encaminhando para o interesse material e político, se afastando do propósito espiritual. Na Sexta Cruzada (1228-1229), o Sacro Imperador Romano Frederico II não tinha os mesmos pensamentos islamofóbicos que os anteriores e negociou-se trégua com o Sultão Al-Kamil, que também não demonstrava grande interesse pela jihad. Apesar disso, os muçulmanos estavam convictos que o Ocidente era seu grande inimigo e os cristãos estavam mais preocupados com o combate aos muçulmanos (ARMSTRONG, 2016).

Ao passar os anos, a partir da segunda metade do século XX a jihad passou a ser utilizada por meio da globalização para mobilizar a nível

transnacional, jovens em agrupamentos tanto políticos quanto sociais, indo do mais de seu cunho mais tradicional ao extremista. Com o passar do tempo, os fundamentalistas islâmicos têm se tornado cada vez mais resistentes e contra o Ocidente. Esse sentimento também é motivo pelos inúmeros ataques aos países islâmicos sob o subterfúgio de se caçar e aniquilar terroristas. Essas pessoas que se autointitulam fundamentalistas islâmicas são englobadas pela jihad, justificando o ato combativo a alcançar o prazer de Alá SWT "Subhanahu wa ta'ala"<sup>3</sup> (Glória a Ele, o Exaltado) (HAKIM, 2016).

A utilização da jihad para cunhos radicais de violência terrorista, corrobora para o endossamento da ideia de que os seguidores do islã e da jihad são violentos e potenciais terroristas (se não já são de fato) que diversas vezes é disseminado pelo Ocidente. A utilização indiscriminada do termo para esse cunho desmerece toda a luta dos povos muçulmanos pela desmistificação da sua religião perante os povos ocidentais para que tenham sua liberdade religiosa e cultural resguardada.

Por fim, o que se percebe é que a jihad evoluiu no mundo muçulmano, desde os tempos do profeta, até os tempos atuais. Apesar disso, há aqueles que, como o Ocidente, insistem em corroborar para a aplicação de ações contra um povo e uma cultura que sofreu mazelas e humilhações durante toda a sua história. Também há aqueles que utilizam da jihad para interpretações enviesadas para que possam utilizar da violência e atos terroristas contra seu inimigo, o Ocidente, e resgatar suas origens, identidade e cultura por meio de ações de contraculturais de cunho fundamentalistas que vão de embate à modernidade acompanhada do secularismo, como no caso

---

<sup>3</sup> Abreviação islâmica de SWT.

do Estado Islâmico e demais grupos jihadistas. A necessidade de combate contracultural, para desestabilizar o “normal” imposto pelos ocidentais é uma das principais motivações. Porém, essa interpretação do termo não é majoritária dentro da comunidade muçulmana, com grande parte dos seguidores do Islã se esforçando para interpretações mais espirituais do que materiais. Apesar disso, também se percebe que a globalização e evolução dos meios de comunicação fortaleceu a rede jihadista global de indivíduos radicalizados.

## **2. IDEOLOGIA ORGANIZACIONAL DO ESTADO ISLÂMICO E A DISSEMINAÇÃO DO JIHADISMO**

Quando se trata da ideologia, o Estado Islâmico se baseia na mesma ideologia que a Al-Qaeda, sendo ela a ideologia Salafista-jihadista, que tem sua origem no ramo puritano do Islã Sunita Wahabita e tem como objetivo a união da Comunidade Islâmica, a Umma. Esse objetivo tem como fim fazer uma separação dos verdadeiros fiéis daqueles que não são. A união da Umma requer a necessidade de verdadeiros fiéis que tenham práticas ancestrais consideradas puras. Estes se intitulam como defensores do “verdadeiro islã” que seria o islã pregado por Maomé e argumentam que este verdadeiro islã está sob ataque dos infiéis, desta forma validam a violência para a sua defesa, usando do artifício da “guerra santa”, ou mais conhecida como jihad, alegando que este é o principal meio para defender o islã e defrontar os inimigos (TOMÉ, 2015).

Neste quesito, não há qualquer abertura para uma diversidade religiosa, pois os salafistas-jihadistas possuem como base a doutrina Takfir, que ratifica o uso da violência contra outros muçulmanos que são apontados

de apostasia, descrentes ou infiéis. O jihadismo tem como fim a criação de uma Comunidade Islâmica, que a “pureza” esteja em sua essência. Essa comunidade pode ser construída como um “Califado” ou um “Emirato”, essa é a interpretação feita pela sunna dos ensinamentos do Profeta Maomé, assim como da Sharia (lei islâmica). Aqueles que são verdadeiros crentes devem usar da jihad contra aqueles que são infiéis e apóstatas (TOMÉ, 2015). Além disso, os jihadistas afirmam que suas ações são pautadas na revolta contra a injustiça, desprezando os padrões burgueses, assim como o materialismo e o imperialismo. O movimento salafista jihadista atual, também visa construir uma sociedade mais justa e para isso a violência, de forma sagrada, é justificada para chegar a esse fim (WAINBERG, 2015).

Ainda sobre a ideologia do grupo, de acordo com Fonseca e Lasmar (2017):

Ideologicamente, o ISIS é o resultado de uma progressiva combinação de conceitos salafistas com ideias revolucionárias do Islã Político, oriundas de movimentos como a Irmandade Muçulmana no Egito. O processo de polarização e intensificação de ideias takfiri ajudou a formação de ideologias mais extremas como a da Al Qaeda. No entanto, a rigidez ideológica do ISIS praticamente levou à criação de um novo takfirismo, um takfirismo a parte, inflexível, que se aproveita das fissuras sectárias pré-existentes e ressentimentos para justificar religiosamente a violência praticada contra os próprios muçulmanos. (LASMAR; FONSECA. 2017. P. 163)

A inflexibilidade do Estado Islâmico se estende até mesmo para com a diversidade religiosa dentro do próprio islã. Essa atitude é até mais extrema que a da própria Al-Qaeda e de diversos outros grupos que são jihadistas. A tolerância para com as outras ramificações também são estritas,

pois consideram as outras vertentes do Islã como “desviantes”, especialmente o xiísmo (TOMÉ, 2015).

Neste ponto, torna-se importante entender a construção da ideologia do grupo, assim como a sua propaganda, pois estes são utilizados como meio de manobras e instrumentos para o recrutamento de novos combatentes. Os elementos combinados, ideologia e propaganda, são uma combinação importante para o recrutamento de voluntários, mas não somente isso, como também em convencer esses voluntários a se mudarem para os territórios em que o Estado Islâmico atua, desta maneira, o grupo articula por meio de sua ideologia a busca de atrair imigrantes. Tais argumentos são feitos por meio de leituras dos textos sagrados de forma enviesada, mas que permite ao grupo a legitimidade e atribuições de credibilidade (FONSECA; LASMAR, 2017).

Nos conflitos em que a população muçulmana está envolvida, é notável o chamado para combatentes estrangeiros sendo realizado por meio de uma narrativa de que seria dever moral de todo muçulmano apoiar a expulsão de qualquer invasão estrangeira e infiel em territórios muçulmanos, usando do que seria a jihad defensiva para tal ação, discurso que deve ser levado em consideração quando se olha para a Espanha e o caso de 2017 na Catalunha que será abordado adiante, pois a Espanha já foi território de domínio muçulmano. Em contrapartida o Estado Islâmico utiliza bem o discurso de perseguição aos sunitas, privados de participação política e vítimas de xiitas e alauítas, alegando que estes desfrutariam de um suporte vindo de um acordo entre Estados Unidos, Israel e Irã. Esta ideia de uma conspiração mundial contra os sunitas nasceu e é herança da estratégia que Zarqawi, que foi fundador da AQI deixou (FONSECA; LASMAR, 2017).

Não obstante, desde seu princípio no Iraque, a ideologia da organização já estava ligada ao fato de haver perspectiva de operacionalizar uma guerra santa dentro do próprio Islã. Esse conflito dentro do Islã seria principalmente de Xiitas contra Sunita, porém, essa ideologia já havia sido idealizada pela Al-Qaeda, sendo grupos xiitas e curdos atacados violentamente. O ISIS reivindica que não são apenas uma organização jihadista, mas sim o que seu nome implica um verdadeiro “Estado”. A organização busca a instauração de um Califado, de regime monárquico-teocrático, trazendo a representatividade de todo o mundo islâmico, sendo um império que governa todo o globo e direcionado pelos ensinamentos da Sharia. O comando deste mundo islâmico, estaria a par do Califa, o líder muçulmano que seria o sucessor de Maomé. Durante seu desenvolvimento, o EI interessou-se em conquistar os territórios que antes foram antigos califados históricos, sendo estes da Península Ibérica até o Sudeste Asiático. Esse pensamento em razão do Califado, em seu cerne, é um projeto tanto político quanto religioso, e o próprio Estado Islâmico reverbera essa informação, afirmando a impossibilidade de separar os dois (TOMÉ, 2015).

O EI tem sido o grupo que ganhou certa notoriedade da mídia e das pesquisas acadêmicas, assim como dos governos e autoridades. As atuações militares dos grupos, as ocupações territoriais são verdadeiras propagandas que atrelados a sua ideologia são bem utilizadas para seu recrutamento de voluntários. O que ocorre também é que por ser um grupo complexo, alguns voluntários podem nem mesmo saber por qual ideologia estão lutando. O chamado “novo movimento jihadista global”, também é resultado do discurso do Estado Islâmico de que o terrorismo utilizado não é uma arma do mais fraco. Ele se coloca como um grupo forte, imbatível e

potente, que pode estar em combate em nível de igualdade para qualquer inimigo, isso porque o grupo propaga a ideia de que são guiados divinamente. Todo esse discurso e comportamento faz parte da estratégia da qual o resultado é o incentivo de ataques contra xiitas, obter atenção da mídia internacional, sucesso em seu recrutamento e por fim, desestabilizar seus inimigos (FONSECA; LASMAR, 2017).

Estrategicamente é comum o grupo usar suas redes sociais e sua revista *Dabiq* para circular textos islâmicos com interpretações enviesadas, além disso, apontam partes do Alcorão que remetem ao fim dos tempos, e reforçam que tais sinais já podem ser notados. Ademais, para motivar voluntários ocidentais, divulgam diversos materiais traduzidos para diversas línguas que têm como objetivo ensinar como voluntários podem se preparar para se juntar ao grupo, além disso, também ensinam como captar dinheiro para todos os custos necessários e mantimento do próprio EI (FONSECA; LASMAR, 2017).

As redes virtuais se tornaram uma ferramenta bem utilizada pelo grupo. Por este motivo e, entendendo que notícias chocantes chamam a atenção da sociedade e da mídia, utilizam esse meio de comunicação para disseminar informações que chamam a atenção da sociedade ao seu favor, como o terrorismo. Não obstante, o grupo entendendo como essa ferramenta de comunicação seria importante para seu sucesso, investiu em homens com conhecimentos técnicos em tecnologia para que pudessem também espalhar notícias falsas e informações sobre profecias est arrecedoras a fim de, por meio das redes sociais, traçarem uma estratégia que é essencial para o recrutamento de voluntários, a arrecadação de fundos e por fim a prática de programas voltados para o treinamento militar (NAPOLEONI, 2015).

Em sua totalidade, a estratégia de propaganda do Estado Islâmico segue com sucesso até os dias atuais. O mecanismo alcança jovens ao redor do mundo todo com apoio de uma propaganda debruçada sobre como seu corpo de combatentes é forte e exitoso, tanto em sua conjuntura interna como externa. Ao contrário de outras organizações extremistas, o Estado Islâmico adere às tecnologias para que possa disseminar sua ideologia e propaganda, e para além disso, não apenas somente utiliza desses mecanismos, como possui uma equipe de profissionais altamente capacitados para operarem tais tecnologias, incluindo ocidentais competentes e capacitados. A propaganda ideológica disseminada pelo grupo é convidativa para jovens com tendências jihadistas, em especial no Ocidente (NAPOLEONI, 2015).

Um exemplo do êxito e capacidade para com as tecnologias operadas pelo grupo, é o aplicativo oficial desenvolvido na linguagem árabe pelo próprio ISIS. O aplicativo é um mecanismo para utilizar um outro aplicativo ocidental, o Twitter, e seu nome é The Dawn of Glad Tidings, que traduzido é literalmente “A Aurora das Boas-Novas”. O fim para o aplicativo é também a propaganda para que internautas se mantenham atualizados com as notícias mais recentes sobre o grupo. Um exemplo de como o mecanismo da rede social Twitter é bem utilizado, foi o evento da Copa do Mundo de 2014, em que por meio de hashtags os jihadistas divulgaram materiais de propaganda, dos quais levavam as pessoas para vídeos de jihadistas britânicos e australianos dos quais tentavam induzir outros muçulmanos do Ocidente a se unir ao grupo (NAPOLEONI, 2015).

Por fim, o Estado Islâmico possui uma ideologia extremista, que utiliza das escrituras sagradas para se apoderar de discursos que deem legitimidade para seus atos, utilizando principalmente da jihad de forma

enviesada e, abraçam aqueles que por diversos motivos, possam se atrair pela ideologia e modo de vida que o grupo opera. Apesar de estarem, em tese, contra o moderno e abraçarem a tradicionalidade do islã e do profeta, exercem uma ideologia conservadora e utilizarem de mecanismos de combate contra infiéis, disseminação de sua ideologia e recrutam por meio de ferramentas que são fruto da modernidade e que não nada tradicionais como a internet e as redes sociais.

### **3. SECULARISMO E FUNDAMENTALISMO**

Antes dos anos de 1700 não havia qualquer distinção entre Estado e religião. A religião era algo inerente à política e à sociedade. A diferenciação entre o Estado e a Igreja só foi feita via processo histórico e pensada após o desenvolvimento dos primeiros filósofos modernos e com a percepção dos efeitos das guerras cruzadas. A palavra “secularização” teve sua origem no fim do século XVI na França e tinha em seu conceito a passagem do que pertencia à Igreja para o “mundo” ou “saeculum” (ARMSTRONG, 2016). O mundo moderno ocidental vive hoje, não mais regido por instituições religiosas como anteriormente. A religião não é mais o centro de tomada de decisão e nem de regência da convivência entre povos, a modernidade vai ao contrário a essa prática, o centro agora é o ser humano caminhando a partir de uma lógica cartesiana, acompanhada de uma moral oriunda do iluminismo. Neste sentido, a religião e suas instituições perderam sua hegemonia e seu poder de governar a vida das pessoas. A criação do Estado-Nação Ocidental é, neste sentido, um ator secular que fará distinção entre o religioso e o que tange ao civil. O Estado

secular, assim como o secularismo, são oriundos da modernidade (SOARES, 2020).

O termo secular, foi compreendido no início, pelo cristianismo, como um período profano, porém, houve um momento de ressignificação do termo pelo movimento luterano e que encontrou resistência pela Igreja. No século XVII em diante, o termo secular foi passando por alterações, sendo pensado de forma independente. O significado por fim alterou-se e o secular passou a fazer a divisão entre o que era advindo do mundo (imaneente, que era tudo realizado pelo homem sem intervenção divina) e o que era transcendente. Toda essa mudança ocorreu por conta da reforma protestante, que marcou a superação da ordem ocidental que tinha como base a doutrina teológica e filosófica tomista. Essa mudança de conjuntura, desencadeou em uma desestruturação da Igreja, culminando na criação do Estado moderno e consequentemente do sistema político. O Estado moderno passou a ser uma instituição superior hierarquicamente à Igreja, com o papel de garantir a liberdade religiosa e suas expressões (SOARES, 2020).

Já o secularismo, está intrinsecamente ligado à esfera política, é uma espécie de doutrina oriunda da modernidade para que fosse descredibilizada a existência de qualquer denominação religiosa. Adotado pelo Estado, o secularismo propõe uma separação clara entre a autoridade religiosa e a autoridade política. Não havendo interferência do Estado nas escolhas individuais de cada um, aderindo à imparcialidade para com as religiões e participação democrática para todos. De acordo com Casanova (2011) há o secularismo de dois tipos, o filosófico-histórico em que a religião é uma fase superada e que hoje vivemos em um mundo em sua grande parte secular e político e a religião é vista como senso comum, não fazendo parte do

pensamento crítico e devendo ser afastada do espaço público democrático (SOARES, 2020).

Apesar do secularismo ter surgido na Euro-América moderna e ser associado à separação de instituições políticas e religiosas, essa não é sua principal definição. Separações parecidas já eram usadas até mesmo nos impérios islâmicos e outros lugares. O que discrimina o secularismo é a definição de novos conceitos relacionados à religião, ética e políticas. Essa nova forma de olhar, trouxe reações negativas do Oriente Médio e outros lugares, que tiveram aversão ao termo o taxando como unicamente do Ocidente. Apesar disso, houve seus defensores que argumentaram que, apesar do termo ter sua origem em um determinado local, seu significado e aplicação é global. Apesar do secularismo ter sua origem por conta das guerras cruzadas e em resposta aos problemas enfrentados pela sociedade cristã na modernidade, ele se aplica também às sociedades que não são cristãs e em todos os lugares em que se tornaram modernas (ASAD, 2003).

Soares (2009) afirma que a modernidade, surgindo no fim do século XX acompanhada da “morte de todas as outras ideologias”, se tornou a ideologia principal de tudo. Acompanhado dessa ideologia veio a universalização de uma cultura, sendo essa o capitalismo e imperialismo (como o próprio autor coloca entre parênteses), instaurando uma forma de dominação econômica e se tornando a ceifadora das demais culturas.

O fundamentalismo, por sua vez, por mais que seja associado ao islã, existe há muitos anos e teve seu surgimento no protestantismo norte-americano. Apesar de sua origem, hoje é utilizado para outros grupos oriundos de outras religiões (DEMANIT, 2013). De acordo com o autor, quando se discute sobre a questão muçulmana, é comum que o fundamentalismo seja

representado como “islã radical” ou “radicalismo islâmico”, apesar de que, os termos “islã político” e “revivalismo islâmico” sejam mais plausíveis. Quando debruçado na literatura árabe os termos *islamiyya* (islamismo), assim como *al-usuliyya alislamiyya* (fundamentalismo muçulmano) também são utilizados.

O termo “fundamentalistas” é comumente utilizado por ocidentais para definir extremistas muçulmanos que, em tese, têm o Ocidente como seu principal inimigo. Estes que são definidos como fundamentalistas utilizam da *jihad* para aplicar a retórica da guerra como parte da doutrina. Utilizam do Alcorão, que fala da *jihad* como guerra religiosa, fuga ao combate e assim como aplicação da lei. A retórica de “volta ao Alcorão e à Sunnah”, assim como o uso contínuo da expressão “*Allahu Akbar*” é bastante comum entre si. Em Al-Baqarah-190 do Alcorão, é apresentado que: “Lute pela causa de Allah apenas contra aqueles que fazem guerra contra você, mas não exceda os limites. Allah não gosta de transgressores.” (HAKIM, 2016).

Há interpretações sobre os versículos que mencionam a guerra e que servem como forma de resposta dos povos muçulmanos para com ações eventuais dos infieis. Apesar de existir a *jihad*, existem outros versos que apresentam um conceito de guerra física como “*qital*”, ao contrário da *jihad* que é voltada para o lado espiritual. A *qital* neste sentido existe para justificar a guerra física somente quando houver muitas pessoas correndo risco de vida, sendo um último recurso. Apesar disso, há quem afirme que a *qital* faz parte da *jihad*. A *qital jihad* é apresentada de duas formas, a defensiva e a ofensiva. A defensiva é quando os muçulmanos e seus países são atacados pelos considerados infieis. Já a *jihad* ofensiva é desenvolvida por meio da guerra e acontece, por exemplo, quando o Estado Islâmico é obstruído, por meio de suas propagandas de *jihad* islâmica, pelos infieis por meio da força física

(HAKIM, 2016).

Na contemporaneidade o jihadismo islâmico ainda utiliza da violência, perpetrando ataques pela Europa e Estados Unidos. A Al-Tabligh wal-Da'wa (Associação de Fé e Prática) é uma organização fundamentalista da qual atua na Europa com filiais, sua prática é baseada na da'wa e sectarismo religioso, sendo este último o foco jovem condenados à prisão, nos banlieues franceses e locais em que a desigualdade é presente. A organização tem como meio de abordagem o chamado para a fé, principalmente os muçulmanos que não praticam a religião com afinco. Tablighi Jamaat atua para que os jovens muçulmanos “nasçam novamente” aceitando de forma voluntária a versão da fé do grupo, que por sinal é rigorosa, mas com desaglutinação da política (KHOSROKHAVAR, 2015).

Também há outros fundamentalistas que estão presentes na Europa, os salafistas. Os membros aderem a uma identidade religiosa da qual rejeita a tolerância pregada pela sociedade moderna e para além disso, buscam a volta ao modo de vida do Profeta Maomé. Os salafistas aderem ao alcorão em sua forma literal, não obstante seguem ele de forma rigorosa parecida ao que se aplica no wahabismo praticado na Arábia Saudita. As práticas são conservadoras como a separação entre pessoas de sexos diferentes, procuram manter casamentos entre membros e os modos de vestir são identificados por suas características comuns, como homens fazendo o uso da barba, jelaba e qamise e mulheres niqabs ou burcas. Além disso compartilham da rejeição ao secularismo. (KHOSROKHAVAR, 2015).

O fundamentalismo muçulmano é uma ideologia antimoderna, antiseularista e antiocidental. Seu principal objetivo é a conversão de fiéis ao islã com a transformação da sociedade em uma comunidade que tem como

objetivo estabelecer o reino de Deus na Terra. Esta pode ser a vertente mais forte do Islã atualmente, além disso, é um episódio consideravelmente recente, em especial no Oriente Médio em que sua atual conjuntura se deu em contraponto à globalização e ao modernismo. O Fundamentalismo muçulmano se solidificou a partir do século XX, sendo no sunismo com Qutb e no xiismo com Khomeini, e pode ser classificado em três ondas. A primeira onda acontece entre os anos 1970 e 1980, quando se estabelece no cenário internacional passando por um período de solidificação. Já a segunda onda ocorreu a partir de 1980 e pode ter sido o seu auge, seguido por diversos eventos como a Revolução Iraniana, o assassinato de Sadat no Egito e a atuação do Hezbollah no Líbano e, além disso, a sua atuação estava restrita a região do Oriente Médio e ao mundo xiita (DEMANT, 2013).

A terceira onda acontece a partir do século XX e é marcada por sua internacionalização se estendendo por diversos eventos como a Guerra Civil da Argélia, Guerra da Bósnia, Guerra do Golfo em 1991, a presença do Hamas nos territórios palestinos, os Talebãs no Afeganistão, os partidos islâmicos no Paquistão, a onda de terrorismo da Al-Qaeda, assim como os Estados emancipados da ex-União Soviética e da Indonésia (DEMANT, 2013). Quando empregado o termo ideologia, há diversos significados que podem ser atrelados à palavra. De acordo com Eagleton (1997), esses podem ser os significados do termo:

- a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo

que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para a ação; m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural. (EAGLETON; 1997. P. 15)

Devido a pluralidade de significados, muitos incompatíveis entre si, a definição de ideologia, se torna um termo aberto e que se adequa à vontade e narrativa contemporânea. Um exemplo dessa pluralidade de definições pode ser encontrado a partir da ideologia como uma mescla de crenças que são motivadas por interesses sociais, por este motivo, não representa os pensamentos dominantes de uma sociedade. Já em outras definições, pode sim haver compatibilidade. Ao se tratar do termo ideologia, é comum que o mesmo se refira não apenas a crenças, mas também ao poder. (EAGLETON, 1997).

Ao se tratar de ideologia ligada à religião islâmica, podemos utilizar do termo Aparelho Ideológico de Estado (AIE) para assimilação. Neste sentido, refere-se a um aparelho ideológico do qual não está associado à esfera pública, sendo de domínio privado, podendo ser o AIE religioso, escolar, familiar, jurídico, político, sindical, de informação e cultural. Nesta pesquisa em específico, podemos associar aos grupos radicais islâmicos, como por exemplo o Estado Islâmico na esfera do AIE religioso (ALTHUSSER, 1980). Os AIE são distintos aos Aparelhos de Estado (AE) ou Aparelhos Repressivos de Estado. Esse último, de acordo com Althusser (1980), está

associado ao uso da violência, enquanto o AIE atua por meio da ideologia. Qualquer aparelho, seja ele ideológico ou repressivo, opera concomitantemente por meio da ideologia e violência, porém há uma distinção a ser reforçada entre os Aparelhos Ideológicos e os Repressivos (ALTHUSSER, 1980).

O Aparelho repressivo de estado por sua vez opera principalmente e massivamente por meio da repressão até mesmo física e possui como a ideologia como sua forma secundária de ação. Já os Aparelhos Ideológicos de Estado atuam ao oposto, eles operam principalmente por meio da ideologia, sendo a repressão sua forma secundária de ação, mesmo que ela seja até mesmo ligada a alguma simbologia. Entende-se que não existem aparelhos que usam somente da repressão para sua efetividade e nem somente da ideologia como forma de emprego (ALTHUSSER, 1980).

Althusser (1980) também afirma que os Aparelhos Repressivos de Estado estão sob o poder da classe dominante e influente, se impondo por meio das leis, decretos e alianças, além de possuírem também a ideologia dominante. Por este motivo também atuam por meio dos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), igualmente afirmando que nenhuma classe dominante se mantém sem também exercer sua hegemonia nos AIE (ALTHUSSER, 1980). Como exemplo, podemos utilizar as potências ocidentais das quais, além de exercerem seus papéis hegemônicos nas leis e alianças locais e internacionais, também detém a influência sob a ideologia secularista e de modernização dos quais os demais tiveram que se adaptar culturalmente e institucionalmente para não serem considerados como atrasados. Da mesma maneira, os AIE também podem ser um alvo e meio da luta de classes. Os AIE não são dominados com facilidade, ao contrário do

Aparelho Repressivo. Uma explicação breve é que as classes que foram anteriormente dominantes possuem ainda influência sobre eles e pelo motivo de que, as classes que são exploradas encontram um meio de resistência, de se manifestar e expressar pelos AIE, por meio de suas contradições ou conquistando pelo combate (ALTHUSSER, 1980).

A Espanha esteve sob o domínio muçulmano durante um período, o que torna os muçulmanos um classe dominante anterior que ainda possui influência dentro do país. Enquanto isso, os fundamentalistas muçulmanos que vivem especialmente na Catalunha encontram na religião uma forma de resistência e de se manifestar e expressar suas convicções e cultura por meio de sua crença, mesmo que necessitam migrar para grupos extremistas e utilizar do combate, como no caso dos radicais extremistas. Portanto, quando se trata da religião, neste caso, o fundamentalismo islâmico como ideologia, se difere diretamente da doutrina islâmica. A doutrina por sua vez, é a interpretação das ideias e sua aplicação em determinadas circunstâncias do cotidiano, neste sentido, a doutrina islâmica seria a prática do Islã. Quando se trata de ideologia, é a aplicação por meio de mobilização social que se utiliza de uma doutrina oriunda de um conjunto de causas-efeito. Por mais que seja um movimento empregado de forma diferente, ainda sim é um fruto da doutrina (DUARTE, 2015).

O extremismo islâmico, assim sendo, faz sua própria interpretação e aplicação da doutrina islâmica. A ideologia tem como principal foco a construção de um Estado Islâmico agindo local e globalmente. A religião islâmica se difere da ideologia, porém é a partir dela, por meio de seus símbolos e conceitos, que se cria a base de enriquecimento do discurso do movimento (DUARTE, 2015). O islã radical não é o resultado de um Islã

praticado em excesso e sim um meio de ruptura cultural em diversas regiões. Além disso, é um movimento social e de função política semelhante que possui uma doutrina, a manipulando ideologicamente por meio de ações singulares a fim de crescer e disseminar seu discurso (DUARTE, 2015).

Ainda segundo Duarte (2015):

Contudo, há uma diferença: a sua ideologia apresenta-se com preceitos religiosos que procuram ser transformados numa práxis imediata. Ou seja, hermeneuticamente, estes preceitos são reduzidos a instrumentos de análise de conflitos sociais e políticos, justificando assim a dinâmica da luta pelo poder. (DUARTE; 2015. P. 101)

Apesar do fundamentalismo islâmico ser enxergado como extremista e ser por muitas vezes atrelado aos radicais terroristas, não apresenta essa relação direta com essa retórica. Pelo contrário, na maior parte das vezes, essas crenças servem como um obstáculo para a radicalização, porém é importante dizer que este fato não inibe a possibilidade de que alguns busquem organizações ou grupos religiosos mais radicais e violentos. Alguns indivíduos podem sim se radicalizar por entender que o fundamentalismo não é profundo ao ponto que buscam, se aprofundando posteriormente à violência, onde encontram por meio das organizações radicais e extremistas, utilizando o estudo da religião para uso violento (KHOSROKHAVAR, 2015).

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O fundamentalismo não deixa de ser uma visão de mundo

conservadora e intolerante, criando quase que uma identidade única da qual se rejeita toda e qualquer outra que não seja aquela apresentada, ou seja, não são tolerantes com outras crenças e religiões, sendo a sua crença a única e verdadeira. O salafismo pode se igualar a outras formas de religiões intolerantes desde que não seja aderente à violência. Porém, o que ocorre é que no caso do islã, em maior grau do que em outras religiões monoteístas, é a intolerância que se desenvolve para a violência, por uma interpretação do islã que não é consenso entre a maioria dos muçulmanos, materializando o jihadismo. Apesar de não ser comum essa transição para a violência, alguns seguidores do Tablighi Jamaat ou salafismo podem ter aderido ao radicalismo islâmico após fazerem parte dessas organizações. Um erro que ocorre é a acusação de que qualquer pessoa fundamentalista islâmica como possível radical, esse tipo de discurso se torna um motor motivador para que assim ocorra (KHOSROKHAVAR, 2015).

Em alguns casos, pode-se verificar como a islamofobia e a taxação dos islâmicos fundamentalistas como radicais contribui para o incremento e justificativa da radicalização destes. Apesar disso a radicalização jihadista está para além da intolerância ao islã, está associada a uma organização transnacional que aborda a guerra santa contra o mundo ocidental (KHOSROKHAVAR, 2015). Apesar do termo fundamentalismo ser utilizado para definir muçulmanos que de fato seguem a religião de forma literal, aderindo às suas normativas e práticas conservadoras, eles não gostam desse termo e nem mesmo dos termos radicalismo e extremismo para defini-los. Os próprios muçulmanos definem essas pessoas que utilizam do islã como base para questões sociais e políticas para seus países e demais países da mesma forma como islâmicos ou islamiyyin. O radicalismo islâmico em sua última

instância não acredita na divisão de fronteiras como os Estados seculares aderem, principalmente com outros países muçulmanos. O fundamentalismo é a definição da adesão a interpretações e princípios escritos que buscam a volta aos fundamentos de uma religião. Teologicamente não há qualquer julgamento de valor quando o termo fundamentalismo é empregado (BEN-DOR; PEDAHZUR, 2014).

Porém há outras questões políticas quando se trata do fundamentalismo, especialmente pela definição do termo. Por mais que haja componentes extremistas e fundamentalistas em países que sejam considerados democráticos e em outros regimes, há um apelo e rejeição maior quando se trata de regimes em que o fundamentalismo seja evidente. O que se coloca em pauta é que estes regimes apresentam aversão a qualquer legitimidade do que não se encontra nas escrituras e, no mundo, há cerca de 40 países considerados islâmicos (BEN-DOR; PEDAHZUR, 2014).

Todas essas questões apresentadas até aqui corroboram para um fundamentalismo islâmico que seja ainda mais violento, político, imediato e popular do que em outras religiões (BEN-DOR; PEDAHZUR, 2014). Este fato ratifica o caminho em que fundamentalistas islâmicos que buscam vieses mais violentos e extremistas procurem meios de assim praticá-las em nome de sua religião, como o terrorismo islâmico, e para além disso, confirma a imposição da secularização e cultura do estado moderno ocidental às demais nações e povos, não respeitando suas culturas e crenças. Tal imposição leva esses povos a buscarem alternativas de se contrapor a esse establishment.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 1980.

ARMSTRONG, Karen. *Campos de Sangue: Religião e a História da Violência*. Companhia das Letras. 2016.

ASAD, Talal. Introduction: Thinking about Secularism. IN: *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Stanford University Press Stanford. California, 2003.

BEN-DOR, Gabriel; PEDAHZUR, Ami. *Totalitarian Movements and Political Religions*. University of Haifa, 2010.

CHEREM, Youssef. Jihad: *Duas interpretações contemporâneas de um conceito polissêmico*. Campos - Revista de Antropologia. v. 10, n. 2. 2009.

DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013. ISBN 978-85-7244-843-7.

DUARTE, Felipe Pathé. *O islamismo como ideologia política de carácter secular*. 2015.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

FONSECA, Guilherme Damasceno; LASMAR, Jorge Mascarenhas. *Passaporte para o terror: Os voluntários do Estado Islâmico*. 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2017.

KHOSROKHAVAR, Farhad. *Radicalization: Why some people choose the path of violence*. United States of America. Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 2015.

HAKIM, Nurul. The Concept of Jihad In Islam. *IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS)* Volume 21, Issue 9, Ver. 7. 2016.

NAPOLEONI, Loretta. *A Fênix Islamista: O Estado Islâmico e a reconfiguração do oriente médio*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. ISBN 9788528618518.

SOARES, Pedro C. O Secular, o Secularismo e a Secularização: Conceitos

Análogos e Concepções Divergentes. IN: *Relações internacionais e religião: reflexões rumo a um contexto pós-laicista*. João Pessoa. Editora UFPB, 2020.

TOMÉ, Luís. Estado Islâmico percurso e alcance um ano depois da autoproclamação do Califado. *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 6, N.º 1, Maio-Outubro 2015. Consultado [online] em data da última consulta, [observare.ual.pt/janus.net/pt\\_vol6\\_n1\\_art8](http://observare.ual.pt/janus.net/pt_vol6_n1_art8).

WAINBERG, Jaques. *Revolucionários, mártires e terroristas: A utopia e suas consequências*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2015.